

## Relatório de Pesquisa

### EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

**Solonildo Almeida da Silva<sup>1</sup>**

**Simone Cesar da Silva<sup>2</sup>**

**Susana Jimenez<sup>3</sup>**

**Maria das Dores Mendes Segundo<sup>4</sup>**

O presente relatório discute alguns dos resultados mais expressivos obtidos através de um projeto investigativo que cercou a educação à distância (EaD), articulando ao referido fenômeno, o problema do empobrecimento da formação do professor, aliado à intensificação do trabalho precário no campo da docência. Merece destaque, ainda, no seio da pesquisa, a relação entre a EaD e as tecnologias de informação e comunicação sob a égide da mercantilização do ensino.

Assumindo a ontologia marxiana como aporte teórico-metodológico do estudo, o estudo buscou compreender os fenômenos educacionais no solo de suas complexas determinações. Nessa direção, desvela que as concepções de EaD reforçam a manutenção dos princípios da racionalidade do capital e contribuem para a intensificação da precarização da formação e do trabalho docente, quando, dentre outras medidas, implementa a substituição de professores na EaD por tutores, agregando a redução de remuneração com base nos termos da alta flexibilização e da rotatividade no mercado de trabalho.

Com efeito, o estudo aponta que a EaD – representada, no âmbito da formação

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Pesquisador do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário da Universidade Estadual do Ceará (IMO/UECE). E-mail: solonildo1976@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação Brasileira na Universidade Federal do Ceará (UFC); Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Pesquisadora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário da Universidade Estadual do Ceará (IMO/UECE). E-mail: simonecesardasilva@gmail.com.br

<sup>3</sup> Pós-Doutora em Educação. Professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Diretora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO/UECE). E-mail: susana\_jimenez@uol.com.br

<sup>4</sup> Doutora em Educação. Professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE/Campus Fafidam). Pesquisadora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário da Universidade Estadual do Ceará (IMO/UECE). E-mail: mendessegundo@uol.com.br

docente, pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) – é apregoada como antídoto para os mais diversos males da educação, desde a formação de professores até a proposta de educação ao longo da vida, tão a gosto dos organismos internacionais. Comprometida em sua gênese e em seus pressupostos com o projeto do capital de negação do conhecimento e de mercantilização ímpar da educação, a EaD, de quebra, oferece, na figura do tutor, uma ilustração acabada do processo de precarização docente.

Leva-se em conta, primordialmente, o lugar da EaD no quadro das peculiaridades concretas do capitalismo, recuperando, com o apoio de Mézáros (2002), a compreensão de que o capital passa, contemporaneamente, por uma crise que se teria estabelecido na própria estrutura do sistema de acumulação, configurando-se, assim, como uma crise de natureza estrutural, significativamente mais complexa do que as crises cíclicas que marcaram a evolução desse modo de produção da existência dos homens. Diante da severidade da crise, o sistema precisou empreender uma profunda reformulação em todos os campos, dentre eles, a educação.

Com a crise estrutural do capital, o modo de produção capitalista tem nas políticas públicas, em especial nas educacionais, a oportunidade de expansão econômica no contexto dos elevados índices de desemprego estrutural, enquanto, até bem pouco tempo, a educação atendia ao discurso da Teoria do Capital Humano (TCH) em assegurar ascensão social por intermédio dos estudos e anos dedicados à escolarização.

Vale lembrar, que o complexo da educação, torna-se uma política de cunho sócio-ideológico, em âmbito mundial, gerida, em última análise, pelos organismos internacionais, com o objetivo de integrar os países pobres à lógica da economia neoliberal a serviço do grande capital. Nessa direção, são construídas metas a ser cumpridas por todos os países membros da Unesco, centradas, sobretudo, em amplas reformas na educação básica, cujo objetivo é garantir o processo de sustentabilidade e governabilidade dos países pobres. Assim sendo, a educação passa a ser reconfigurada para o século XXI, incorporando a lógica empresarial de gestão e funcionalidade, no propósito de habilitar minimamente a classe trabalhadora para o mercado de trabalho, agora caracterizado pela apregoada flexibilização nas relações de produção.

A educação passa a cumprir um destacado papel de acumulação do capital diante de intensa mercantilização da educação, como no caso do ensino superior brasileiro, majoritariamente posto nas mãos da iniciativa privada que avança as suas fronteiras com a oferta da EaD. Desse modo, ao lado da educação convencional, na forma presencial já

atraindo grandes somas de capital, desponta a EaD, como um nicho de lucros exorbitantes, ocupando, hoje, papel central nas políticas educacionais do Brasil, sobretudo no que tange à formação docente.

O estudo aponta os marcos fundamentais da trajetória histórica da EaD no Brasil e no mundo - sob consulta a autores, como Saraiva (1996), Pepers (2004), Landim (1997), Nunes (1992) Schons (2009), ao lado de muitos outros - por fim, situando-a no contexto da crise estrutural do capital, quando esta se torna um negócio altamente rentável, com direito a registro na Organização Mundial do Comércio OMC e atraindo investidores capitalistas de todas as cepas. Para a crítica da EaD, contribui sobremaneira com a pesquisa, o conjunto de autores que compõem o dossiê Ensino à Distância, publicado na Revista PUC VIVA, em agosto de 2009. Dados relativos ao crescimento abrupto dos cursos de EaD, à discriminação desses cursos, aos custos envolvidos no referido projet, bem como às funções alocadas ao tutor pretenderam organizados em gráficos e tabelas cumpriram o propósito de demonstrar em sua nudez empírica, as premissas assumidas no estudo.

Retomando o fio da discussão central, assinala-se que, conforme Mészáros (2011), o capital atravessa uma crise estrutural sem precedentes, em que a produção é caracterizada como essencialmente destrutiva, o que, por seu turno, aprofunda o fenômeno d precarização do trabalho. Conforme o autor, a crise hodierna manifesta-se em quatro aspectos principais: 1) seu *caráter é universal*, ou seja, atinge todos os ramos da produção; 2) seu *alcance é global*; 3) sua *escala de tempo é extensa*, contínua e se preferir, *permanente* e 4) seu *modo de se desdobrar é rastejante*, o que não significa dizer que durante essa “administração da crise” não possa haver erupções, colapsos e convulsões mais violentas.

Como medida paliativa, o capital, sob a representação do Estado, vem delegando à educação a função social de formação para a cidadania que, em seu marco, contribuiria para a materialização das relações democráticas e de desenvolvimento nos moldes da sociedade atual. Portanto, a tese meszariana de que a educação no cenário da crise estrutural do capital torna-se um mecanismo de fundamental importância para a reprodução do capital é suficientemente lícita e elucidativa. Nesses termos, a reestruturação da produção e do trabalho, bem como a condição mercadológica que a educação passou a assumir nessa nova ordem do capital, denominada neoliberal, é a tela onde é pintada a EaD.

No Brasil, com efeito, a EaD ocupa, hoje, um papel capital em todas as políticas

educacionais. Desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.394/96, em seu Art. Nº 80, a EaD é apontada como antídoto para diversos males da educação – desde a formação de professores até a proposta de educação ao longo da vida, constituindo-se, portanto, na base central para o mais audacioso projeto de formação de professores que o país já conheceu: O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O processo de inclusão social ou de democratização do acesso ao ensino superior para a população excluída coloca a EaD como modalidade mais rápida e econômica para atingir as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), pois a UAB não requer a criação de novas Instituições de Ensino Superior (IES) ou instalação de novos *campi*, reduzindo, portanto, os investimentos em infra-estrutura.

Vivencia-se, assim, o processo de expansão de cursos de formação de professores para educação básica, sem gerar, contudo, proporcionalmente, novos concursos públicos para a contratação de docentes para o magistério básico e superior público, diante da explícita substituição de professores na EaD por tutores, intensificando o processo de precarização, ao mesmo tempo, da formação e do trabalho dos professores. Vale ressaltar que a função do tutor não contempla qualquer relação trabalhista, uma vez que este faz jus tão somente a uma bolsa por suas atividades prestadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sem mesmo qualquer vínculo com a instituição executora da UAB.

Com vistas a um trabalho mais flexível, rápido e barato, estabeleceu-se uma rede pública e privada de EaD que defende a modalidade do ensino à distância como exclusivo caso de oportunidades de formação e de alocação no mercado de trabalho.

Para desvendar a tese do aspecto mercadológico da EaD, verificou-se, ademais, que a inflexão da EaD não mais se coloca como uma opção de acesso a algum tipo de educação, mas um bem ou serviço a ser disputado no mercado, ou, ainda, a única modalidade de ensino público ofertado às populações mais pobres da sociedade cujo acesso ao ensino superior se dá por intermédio do Sistema UAB. Em harmonia com as exigências dos organismos mundiais de hegemonia do capital, tal sistema conserva estreita afinidade com o paradigma “aprender a aprender”. Melhor dizendo, a empregabilidade, o empreendedorismo, as habilidades e as competências somam-se ao paradigma do aprender a aprender, consolidando uma nova proposta educacional que tem como alvo o indivíduo que não mais precisa dominar conteúdos e conhecimentos para exercer suas funções no mercado de trabalho.

Como mecanismo para o alcance das metas da universalização do ensino básico, o Banco Mundial vem recomendando, nos subsequentes documentos de monitoramento, o uso da tecnologia de comunicação para a proclamada finalidade da democratização da educação e um conseqüente abastecimento no mercado de trabalho, de mão de obra minimamente qualificada.

Desse modo, as tecnologias avançadas de comunicação e a *Internet*, por excelência – as quais, na verdade, não estão disponíveis a todos – embasam as atuais políticas educacionais de universalização do ensino básico, sendo a EaD o principal meio de alcance para tal e a imposição da popularização da EaD em todos os níveis e modalidades é incentivada pela parceria entre os setores públicos e privados. A generalização da EaD tem sido efetivada no nível superior via Sistema UAB, em que, vale ressaltar, se defendem os princípios do autoaprendizado, do aprender sozinho, do “aprender a aprender” e do “aprender a conhecer”. Dito de outro modo, é exacerbada a ideia do aprendizado individual e da sociedade cada vez mais individualista.

Evidencia-se que, na teia do mercado educacional, onde impera a precarização da formação e do trabalho docente, o ensino à distância e as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) estão largamente associadas.

Como é declarado no estudo

[...] as TICs, associadas à EaD, em última análise, têm como meta a ser cumprida a materialização da educação enquanto mercadoria de baixo custo, de baixa qualidade e disponível para quem puder comprá-la no mercado. Ademais, aqueles que, por diversos motivos, não tiverem dinheiro suficiente para adquiri-la, poderão ter acesso à EaD pública como forma de atender aos acordos internacionais em expandir o acesso ao ensino superior com despesas reduzidas para os governos e custo zero para os empresários (SILVA, 2011, p. 52).

Já é demais conhecido que o uso intensivo de tecnologias serve, dentre outros objetivos, para ampliar os lucros, reduzindo a necessidade de contratação de mão-de-obra, agregando a redução da remuneração dos que conseguem manter-se em seus postos de trabalho com condições de vida e de trabalho cada vez mais perversas e, precárias – condições essas baseadas na alta flexibilização e na rotatividade no mercado de trabalho.

Endossa-se, então, prontamente, a crítica elaborada por Vasapollo, em cujos termos:

A flexibilização, definitivamente, não é a solução para aumentar os índices de ocupação. Ao contrário, é uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições. É nesse contexto que estão sendo reforçadas as novas ofertas de trabalho, por meio do denominado

mercado ilegal, no qual está sendo difundido o trabalho irregular, precário e sem garantias (VASAPOLLO, 2005, p. 28).

As tecnologias permitem, na visão dos seus defensores, a redução de custos de produção e dos salários, ao mesmo tempo que provoca a intensificação do uso da força de trabalho, ou seja, do crescimento da produtividade do trabalho. Esse processo de inovação tecnológica das relações de trabalho não deixa imune a escola, que sempre foi recrutada para atender ao conjunto de transformações na cadeia produtiva enquanto fornecedora de mão-de-obra para o processo de produção e de reprodução do capitalismo. As mudanças e os ajustes na escola são necessários para imprimir a perfeita harmonia entre o mercado e a educação. Nesse propósito, o capital, através do Banco Mundial, representante mundialmente credenciado como responsável por amenizar os graves problemas sócio-educacionais do planeta, atribui como medida estratégica, o reordenamento da educação à condição de mercadoria.

Oliveira (2009) vem, oportunamente, desmontar a idéia de EaD como um processo natural, decorrido dos avanços tecnológicos disponíveis, indicando que se trata de uma escolha para intensificar o processo já intensivo de mercantilização, definindo, ainda, como eivada de cinismo a alegativa de que a EaD servirá para inserir os milhões de excluídos no processo educacional.

A pesquisa permite concluir que a educação presencial não nega o uso das tecnologias. Entretanto, a modalidade EaD, em seus postulados e ações, nega a educação presencial, que pressupõe a existência de professores e alunos no mesmo espaço físico de aprendizagem, um instrumento importante na organização da classe trabalhadora na luta contra o sistema do capital.

É importante registrar-se, por fim, que as críticas assumidas na pesquisa aqui relatada não pretende desqualificar a força histórica representada pelo desenvolvimento tecnológico. Visa, sim, contribuir para o avanço da reflexão crítica fundamentalmente a respeito da substituição do ensino presencial, mesmo com suas incomensuráveis debilidades, por uma prática que, em última análise, articula o isolamento entre a classe trabalhadora e o conhecimento, o que reverbera severamente no plano da formação e da prática docente.

## Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394 – 20 dez. 1996**, Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Brasília: 1996.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo; Campinas: Unicamp, 2002.

NUNES, I. B. Educação à Distância e o mundo do trabalho. **Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro: ABT, v. 21. N. 107, jul/ago 1992.

PETERS, O. **A educação à distância em transição**: tendências e desafios. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

REVISTA PUC VIVA. **Dossiê Educação à Distância**. Agosto de 2009. Disponível in:<http://www.apropucsp.org.br>

SARAIVA, T. Educação à distância no Brasil: lições da história. **Em Aberto**, 1670, pp. 17-27, 1996.

SILVA, Solonildo Almeida da. Educação à distância e Universidade Aberta do Brasil: quando a mercantilização do ensino e a precarização da docência alcançam um novo ápice? **Tese** (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Fortaleza, UFC: 2011.

VASAPOLLO, Luciano. **O Trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.